

Chuvas de atraso

Ministro diz que governo não tem como impedir mortes por enchentes de verão

Amadeu Barbosa/Hoje em Dia

Demétrio Weber

demetrio@bsb.oglobo.com.br

Catarina Alencastro

catarina.alencastro@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA

No mesmo dia em que o Ministério da Integração Nacional anunciou ter identificado 251 municípios brasileiros com áreas de risco elevado de sofrer desastres provocados por enchentes, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, admitiu ontem que o governo não será capaz de impedir mortes por causa das chuvas neste e nos próximos verões.

Em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, o ministro disse que estão sendo tomadas medidas para reduzir os impactos dos eventos climáticos severos e citou a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e a aquisição de novos radares e pluviômetros. Mas disse que novos equipamentos são necessários e que não dá para ter ilusões de que não haverá vítimas fatais por conta de inundações e deslizamentos.

— Morrerão pessoas neste verão e nos próximos. O que estamos fazendo é diminuindo o impacto dos extremos climáticos, que estão se agravando. O Brasil precisa entender que o clima mudou, que vamos ter inundações, vamos ter alagamentos, deslizamento e mortes. Nós teremos vítimas esse ano, não queremos criar qualquer tipo de ilusão. Estamos procurando buscar essa consciência — disse Mercadante.

Do total de 251 cidades com risco elevado em caso de chuva, 28 foram mapeadas neste ano, com o objetivo de identificar precisamente os bairros e as localidades mais vulneráveis para fins de remoção da população afetada. Todas ficam nas regiões Sul e Sudeste. O levantamento revelou que 178 mil pessoas vivem em localidades de risco alto ou muito alto nesses municípios. São 43 mil moradias espalhadas por 850 setores de risco. Nova Friburgo e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, fazem parte desse grupo cujo mapeamento já foi concluído, respectivamente com 10.160 e 44.967 pessoas vulneráveis a enxurradas.

Outras 28 cidades que já haviam sido mapeadas entre 2005 e 2006 estão em processo de atualização, o que deverá ser concluído no início de 2012, conforme anunciou o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Dez municípios do Rio estão na lista. Assim, do total de 251 cidades com áreas de risco elevado, apenas 56 estarão mapeadas já neste verão, tradicional época de fortes chuvas e alagamentos no país.

Bezerra diz que faltam técnicos

Fernando Bezerra admitiu a demora e disse que a meta é mapear as 251 cidades até 2014. Ele reclamou da falta de técnicos disponíveis no mercado para realizar o serviço. O ministro disse ainda que sua pasta investiu R\$ 271 milhões em obras de prevenção, entre elas a contenção de encostas. Já o mapeamento está sendo feito pelo Serviço Geológico do Brasil, órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia.

Bezerra também afirmou que serão liberados R\$ 48 milhões nos próximos dias para equipar as Forças Armadas, que atuam nas situações de calamidade. Medida provisória neste sentido será assinada pela presidente Dilma Rousseff. Segundo o ministro, essas verbas serão destinadas às regiões Sul e Sudeste. Mais R\$ 48 milhões deverão ser liberados até maio de 2012, com o mesmo propósito, para as regiões Norte e Nordeste.

Fernando Bezerra disse que o ministério deu ênfase este ano às ações preventivas. Segundo ele, isso mudou a lógica de atuação do governo.

Havia sempre uma visão de responder à ocorrência do desastre e muito pouco trabalho dedicado à preparação e, sobretudo, à prevenção. A presidente Dilma quer mudar essa cultura.

Em 2011, o ministério realizou si-



O VERÃO ainda não começou e Belo Horizonte já ficou debaixo d'água: enxurrada cobriu a Avenida Cristiano Machado, parou o trânsito e invadiu imóveis ao longo da via

QUADRO ALARMANTE

	Municípios com área de risco elevado de desastre	251
	Municípios mapeados esse ano	28
	Municípios mapeados em anos anteriores	28
	Total de municípios mapeados	56
	Pessoas vivendo em locais de alto risco	178 mil
	Moradias ameaçadas	43 mil
	Setores de risco	850
	Pessoas vulneráveis em Nova Friburgo	10.160
	Pessoas vulneráveis em Angra dos Reis	44.967
	Municípios com simulação de remoção em 2011	10
	Agentes da Defesa Civil treinados	6 mil
	Investimento em obras de prevenção	R\$ 271 milhões

mulações de remoção de moradores em dez municípios e treinou 6 mil agentes de defesa civil. O cadastro nacional de defesa civil, que tinha menos de 400 municípios com sistemas de defesa civil registrados, conta hoje com mais de 2 mil. O ministro informou que a prevenção e o atendimento de desastres devem ser feitos em conjunto pelas três esferas de governo: municípios, estados e União.

Em relação às obras de recuperação da infraestrutura destruída nas enchentes do último ano, o ministro disse que, no caso da Região Serrana do Rio, o governo federal já disponibilizou cerca de R\$ 75 milhões para a reconstrução de pontes. Mas, segundo ele, o governo estadual do Rio estaria com dificuldade para executar as obras:

— Os recursos estão à disposição do governo do estado, e ele está encontrando dificuldades para poder contratar os serviços de recuperação dessas obras de arte (obras viárias).

O ministro também apresentou o sistema de monitoramento e alerta,

que começa com os institutos meteorológicos, que são encarregados de repassar dados ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Cemaden, por sua vez, aciona o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), do Ministério da Integração Nacional. O Cenad funciona como um centro de alerta, responsável por entrar em contato com as defesas civis de estados e municípios, além dos ministérios da Saúde, da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional.

A partir deste verão, o Ministério da Integração Nacional pretende universalizar a distribuição de cartões de defesa civil para municípios atingidos por enchentes. O dispositivo funciona como um cartão de crédito e serve para cobrir despesas emergenciais. Os gastos do cartão, utilizado em Santa Catarina desde setembro, são divulgados no Portal da Transparência, da Controladoria Geral da União (CGU), para coibir fraudes. ■

Volume de água acima do esperado castiga BH

São Paulo também sofre alagamentos na capital e no ABC; granizo causa estragos no Rio Grande do Sul

Guilherme Voitch

guilherme.voitch@sp.oglobo.com.br

Jaqueline Falcão

jaque.falcao@sp.oglobo.com.br

• SÃO PAULO. O mês ainda está na metade, mas já choveu 95% do que era previsto para dezembro em Belo Horizonte. Balanço da Defesa Civil

mostra que choveu 306 milímetros na Grande BH, quando a precipitação esperada para todo o mês era de 319 mm. Somente nas últimas 15 horas, foram 123 mm de chuva.

Segundo o Corpo de Bombeiros, são 24 pontos com perigo de desabamento, oito com risco de inundação, 26 quedas de árvores e 12 pontos em que houve ou existe risco de deslizamento. A situação mais grave é no município de Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Muitas famílias estão ilhadas sobre lajes de casas e de lojas. A situação não deve melhorar, já que uma frente fria

chegou ontem ao estado, trazendo chuvas entre 100 e 140 mm.

De acordo com a meteorologista Josélia Pegorim, do serviço Climatempo, a situação é de alerta em Minas.

— Em Belo Horizonte, os solos estão encharcados porque em outubro e novembro choveu acima do esperado, e continua chovendo — disse ela.

Em São Paulo, uma chuva que começou na noite de quarta-feira e continuou na madrugada de ontem assustou moradores da capital e do ABC. O volume de água em algumas horas foi o equivalente a cinco dias de chuva. Uma casa desabou e deixou uma mulher ferida na capital. A Defesa Civil decretou estado de atenção para deslizamentos. A cidade chegou a registrar 28 pontos de alagamento.

No Rio Grande do Sul, choveu granizo por 15 minutos durante a noite de quarta-feira e as pedras destruíram telhados de 1.500 casas em São Jerônimo, região metropolitana. ■

'Existem várias tecnologias'

Estudos podem ser acelerados com mais recursos

• Especialistas alertam que não é preciso esperar até 2014 para reduzir os riscos dos 251 municípios que apresentam grandes chances de desastres naturais. O professor da Coppe/UFRJ Moacyr Duarte, especialista em análise de acidentes e planejamento de emergências, afirma que os estudos poderiam ser acelerados se houvesse mais recursos. Além disso, para evitar mortes nas chuvas de verão, é possível lançar mão de uma série de mecanismos, como a priorização das áreas mais graves ou a identificação de solos mais suscetíveis.

— Existem várias tecnologias que poderiam ser combinadas: aeronaves não tripuladas para gerar imagens, mapas de satélite, etc. A velocidade dos estudos é uma questão de recursos. Com mais investimentos, certamente o prazo seria inferior a 2014 — explicou Duarte.

De acordo com a geógrafa Ana Luiza Coelho Netto, professora da UFRJ, as áreas de grande risco poderiam ser detectadas mesmo sem grandes estudos.

— A ação imediata é possível. As casas que estão rachando precisam ser retiradas. O mesmo em relação às que foram construídas no leito dos rios — afirmou Ana Luiza. — Por outro lado, faltam só três anos para 2014 e não há dados básicos. Estamos décadas atrasados.